

DIFICULDADES PARA IMPLANTAÇÃO DE CURRÍCULOS REALMENTE FLEXÍVEIS

Na coluna editada no mês passado, abordamos a questão da flexibilização dos currículos dos Cursos de Graduação. O assunto, extremamente atual e de grande relevância para as IES, foi tratado tanto no XIV Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras (Curitiba, 20 a 24 de maio), quanto no XVI Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão (Vitória, 29 de maio a 1º de junho).

A UDESC possui algumas experiências de flexibilização curricular. Tênuas experiências, cabe ressaltar. Alguns dos nossos Cursos oferecem ao aluno um rol de disciplinas eletivas, que permitem certa "especialização" e direcionamento na formação acadêmica. Em alguns casos, estas disciplinas assumem o nome de "oficinas" ou de "tópicos especiais". Em outros Cursos, exige-se do aluno o cumprimento de "atividades programadas", que consistem na valorização e aproveitamento de experiências e iniciativas relacionadas àquela área de formação específica, mas não exatamente definidas na grade curricular. Assim, o estudante pode validar a presença em eventos, a participação em projetos de pesquisa ou extensão, a realização de estágios não obrigatórios, entre outros.

A implementação de um projeto de flexibilização curricular não se constitui em tarefa de fácil execução, pelo menos em se tratando de projetos amplos, de reconhecida qualidade pedagógica e que podem ser definidos como **realmente** flexíveis, como os adotados pela UFMG e UnB. As dificuldades são muitas. Destacaremos as principais.

Inicialmente, deve-se entender que o processo de flexibilização curricular não consiste apenas de uma série de medidas didático-administrativas, mas sobretudo de uma **mudança cultural e de concepção da Universidade** e de seu papel na formação profissional. Antes de saber **como** flexibilizar, é necessário definir **por que** flexibilizar. Se o processo não for compreendido e aceito por toda a comunidade acadêmica (dirigentes, docentes, discentes e servidores técnico-administrativos), a proposta está fadada ao insucesso. Nesse sentido, é oportuno salientar uma particularidade: de nada adiantarão currículos flexíveis se o ensino, propriamente dito, e seus métodos, forem inflexíveis e ultrapassados. Permitir que o aluno construa seu percurso curricular terá pequeno efeito sobre sua formação se as disciplinas continuarem evadidas de conteúdos de aplicabilidade discutível, ministrados de forma impessoal por docentes não raro intolerantes e revestidos de uma postura tipo "donos da verdade". A **flexibilidade começa e se realiza na postura de cada um**, dentro e fora da sala de aula.

Ainda no que tange à mudança cultural a que nos referimos, não menos importante é considerar e questionar o **grau de amadurecimento de nossos estudantes** para decidir seu próprio percurso curricular e a formação final que obterão na trajetória universitária. Estarão nossos alunos preparados para este desafio? Os graduandos oriundos deste modelo estarão aptos a atender as necessidades do mercado de trabalho, ou serão profissionais "formados para si mesmo"? Jovens de 17, 18 anos talvez ainda não tenham experiência suficiente para decidir tão relevante conflito, ainda que sua opinião e seus desejos devam ser amplamente considerados. A verdadeira flexibilização torna o aluno o agente da organização de sua vida acadêmica, mas a responsabilidade final sobre o processo é e continuará sendo da Instituição. Assim, torna-se indispensável um eficiente e bem estruturado **sistema de orientação docente ao longo do percurso curricular**. Os professores do Curso e os respectivos Colegiados representam ponto de referência do sistema proposto. As escolhas (ou percursos) individuais devem guardar afinidade e coerência com a área de conhecimento estudada e com o projeto pedagógico do Curso frequentado. Segundo o Encarte do Boletim da UFMG n.º 1.317, de

15/maio/2001, o professor orientador deve ter *"a sensibilidade para articular as possibilidades oferecidas pela universidade frente às aspirações de formação do aluno"*, devendo ter, para tanto, *"uma ampla visão de todas as formas de atividades acadêmicas curriculares no âmbito da universidade"*. Nesse contexto, os **Colegiados de Curso precisam assumir novo perfil e novo papel**, qual seja o de gerenciar todo o sistema de integralização curricular do Curso, articulando a oferta de atividades acadêmicas e reconhecendo as potencialidades e interesses individuais. Toma forma, aqui, o conceito de "múltiplas inteligências", em geral desconsiderado e desprezado. Deixa-se para trás a facilidade de coordenar um sistema homogêneo, onde todos os alunos irão ter uma formação idêntica, para assumir o desafio de reconhecer e promover habilidades específicas e graduar profissionais com "marca pessoal registrada".

Outra dificuldade da implementação de currículos flexíveis é a **necessidade da existência e da oferta de ampla variedade de atividades acadêmicas e/ou disciplinas**, de modo a permitir, efetivamente, a escolha de opções voltadas ao interesse do estudante. Em universidades grandes, *unicampi*, que oferecem multiplicidade de cursos, como as já citadas UFMG e UnB, esta condição é mais facilmente atendida, e o aluno dispõe de alternativas de complementação curricular, dentro e fora do âmbito de seu Curso. A oferta limitada de opções significa torná-las obrigatórias, desconfigurando completamente o espírito e a filosofia do novo modelo, que valorizam o livre arbítrio e a autodeterminação do estudante. Para oferecer esta amplitude de atividades acadêmicas, torna-se imprescindível um **corpo docente diversificado** quanti e qualitativamente, isto é, tanto em número quanto em especialização. Igualmente importantes são o **reaparelhamento do instrumental e da infra-estrutura** (instalações físicas, bibliotecas e laboratórios), bem como a efetivação de um **sistema de controle, registro e gestão acadêmica** que acompanhe a complexidade do novo modelo. Sob este último enfoque, basta salientar que o sistema de matrícula deverá ser sensivelmente modificado, ao permitir-se que o aluno acesse às vagas de disciplinas não só de seu como também de outros Cursos.

Parece desnecessário afirmar que, em conseqüência das particularidades e exigências acima abordadas, a implementação de um sistema de currículos flexíveis acarreta considerável **aumento do custo por aluno**, o que pode limitar, em muito, a adoção do modelo. Neste cenário, uma melhor distribuição orçamentária entre as unidades e cursos é imperiosa, exigindo revisão dos critérios que definem esta distribuição.

Como dificuldades complementares, pode-se citar: a flexibilização parece mais adequada e executável em **currículos organizados no regime de matrícula por disciplinas** ("créditos"), pois este traz, implicitamente, o caráter de escolha e opção das atividades; o sistema determina a ocorrência de **"brancos" ou "janelas" nos horários dos alunos**, situação típica da oferta de múltiplas atividades, em horários diversificados e sujeitas à eleição dos alunos; e, por fim, muitas **Comissões de Especialistas** designadas pelo MEC têm demonstrado restrições aos currículos flexíveis, que fogem aos parâmetros tradicionais das carreiras universitárias, levando a baixos conceitos nas avaliações realizadas.

Fica evidente que a flexibilização curricular, muito embora constitua notável avanço pedagógico nos cursos de graduação, representa um desafio de difícil e lenta concretização. Cabe aos nossos educadores a reflexão aprofundada acerca do que significa oferecer matrizes curriculares flexíveis, e aos Colegiados de Curso as providências necessárias para torná-las realidade.

Prof. Antonio Waldimir Leopoldino da Silva
Pró-Reitor de Ensino

